

Movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: direitos de igualdade e desenvolvimento sustentável

Lúcia Soares da Silva – UNINOVE – NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária.

Em 1992 alguns ativistas gays estiveram presentes na ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento sem muita visibilidade, as participações e manifestações não foram tão presentes quanto na Rio +20 – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Na Rio +20, gays e lésbicas representantes e representados pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entidade reconhecida com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, lançaram o *Manifesto LGBT na Rio +20* intitulado “Ato: Intolerância não se sustenta”

Com o intuito de questionar a intolerância sexual e religiosa praticada por muitos países, inclusive países membros da ONU, os ativistas e líderes LGBT enfatizaram a necessidade de se seguir as recomendações feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no que se refere à coibição de discriminação e violência por orientação sexual e de gênero.

INTRODUÇÃO

A procura constante por uma identidade levou o movimento homossexual a uma profusão de modulações. Outrora chamado de *movimento gay* nos de 1970 e 1980, foi a partir da década de 1990 que passou a exigir e reivindicar direitos e cidadania em nome da diversidade, da identidade de gênero, da orientação sexual, contra o preconceito, discriminação e mais recente, contra a homofobia. O movimento LGBT, comumente

chamado de “população LGBT” é considerado “vulnerável”, porém resiliente¹, na medida em que, supostamente *vitimizados* foram à busca de direitos, segurança e cidadania. Esta visão é compartilhada por ativistas e governantes para justificar a implantação de políticas públicas para a população LGBT.

Nos últimos vinte anos decidiram não apenas se organizar em torno de associações e ONGs, mas também, se institucionalizaram, tornaram-se militantes e dirigentes nos partidos políticos e centrais sindicais, reivindicando cotas de participação investiram em candidaturas políticas, na elaboração e implementação de políticas públicas.

O *empoderamento*² do movimento homossexual levou gays, lésbicas e travestis a se mobilizarem em busca da sua cidadania e “dignidade humana”, em nome da conscientização e emancipação, a participação em determinadas instituições foi fundamental para o empreendimento de si.

Atualmente denominado movimento LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais por meio da inclusão fizeram com que o governo na esfera federal, estadual e municipal cooptasse os representantes do movimento outorgados em conselhos, centros de referências, secretarias, coordenações políticas, núcleos, observatórios, delegacias e outros.

SUSTENTÁVEL

O movimento gay esteve na ECO-92, mas não com a mesma visibilidade quanto na Rio+20. Na Rio +20, gays e lésbicas representantes e representados pela ABGLT — Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entidade reconhecida com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, lançaram o *Manifesto LGBT na Rio +20* intitulado “Ato:

1 – O conceito de resiliência e seus efeitos políticos vem sendo trabalhado por Salete Oliveira no Projeto Temático Ecopolítica, ver o texto “Política e Resiliência – apaziguamentos distendidos” na Revista Ecopolítica 4. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>. (

² O conceito de empoderamento refere-se à inclusão e exercício de uma “cidadania plena” pautada no direito à igualdade auferida ao movimento homossexual nos últimos anos. Para tanto, consultei o texto de Fernando Taques, “O Empoderamento Mitigado” na Revista Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos da UFSC, vol.3, n.1, agosto-dezembro/2006, p.67-85 Disponível em www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/.../12379. Consultado em 28/03/2013.

Intolerância não se sustenta”, este manifesto ressaltou a *obrigação* do movimento LGBT de chamar a atenção dos países membros da ONU em relação à intolerância religiosa e intolerância sexual predominante em determinados países – como o Irã – e, sobretudo, a intolerância que afeta a população LGBT mundial. Também promoveu o vídeo-convite que circulou pelas redes sociais: “Por um mundo sustentável e inclusivo, sem discriminação e violência”.

Para tanto, conclamaram outros movimentos como o Fórum de Grupos LGBT do Rio de Janeiro, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, associações, entidades, comunidades, sindicatos e partidos políticos para realizar o “Ato Unificado pela liberdade religiosa, combate à intolerância e violação dos direitos humanos”, em 17 de junho na Praia de Ipanema.

Segundo os organizadores da manifestação³, a caminhada contou com cerca de 500 pessoas. Os manifestantes questionaram a intolerância que prevalece em muitos países, países membros da ONU que tratam os homossexuais como *criminosos*, países que punem a homossexualidade com pena de morte, como o Irã, que teria matado mais de 4.000 gays e lésbicas, prendido e torturado outros tantos. Enfatizou-se que 30 países reconhecem a união homoafetiva, 10 o casamento igualitário, 57 tem legislações que protegem a população LGBT.⁴

Lembrou também das conquistas no Brasil, Argentina e Estados Unidos. Por último, reivindicaram a todos os países membros da ONU a seguir as recomendações

³ Os organizadores foram lideranças partidárias do PSB e PT, e a ABGLT.

⁴ Os dados da ABGLT sobre os países membros da ONU no que tange a legislação e direitos dos homossexuais foram fornecidos pela ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. Os países que reconhecem o casamento gay no âmbito nacional são: África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, Espanha, Islândia, Holanda, Noruega, Portugal e Suécia. No México, apenas a capital, Cidade do México adota a medida. Os que reconhecem a união civil homoafetiva: Andorra, Alemanha, Austria, Brasil, Colômbia, Dinamarca, Equador, Eslovênia, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Luxemburgo, Nova Zelândia, Reino Unido, República Tcheca, Suíça e Uruguai. Seguindo esta mesma série temos países nos quais algumas cidades e estados acatam a união homoafetiva: Austrália, Estados Unidos, México, Venezuela e Tasmânia. O casamento gay vem sendo discutido, em muitos países, inclusive por países que já legalizaram a união homoafetiva, são eles: Albânia, Bulgária, Camboja, Chile, Costa Rica, Chipre, Cuba, Estônia, Grécia, Itália, Japão, Liechtenstein, Malta, Nepal, Paraguai, Peru, Polônia, Romênia e Venezuela. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/casamento-gay-reconhecido-em-dez-paises-2876684> (Consultado em 29/03/2013).

feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no que se refere à coibição de discriminação e violência por orientação sexual e de gênero.

No que se refere às mulheres e feministas lésbicas, estas se articularam ora com os ativistas gays, ora com mulheres e feministas de diferentes segmentos em passeatas e manifestações específicas, como a convocação no dia 18 de junho para a *Passeata e Ato Conjunto das Mulheres*, que, além de reivindicar “todas as mulheres na rua pelo direito e justiça socioambiental”, reivindicaram também “por um mundo sem desigualdades, sem sexismo, sem racismo e sem lesbofobia!”.⁵

Ativistas mulheres bissexuais e lésbicas protestaram no Território Global das Mulheres da Cúpula dos Povos, contra o retrocesso do texto final no que se refere aos “direitos sexuais e reprodutivos”, à “saúde sexual” e “planejamento familiar”, tendo em vista o que consideram uma *ameaça* ao direito de gravidez de mulheres bissexuais, e o direito de constituição familiar e gravidez de lésbicas via inseminação artificial.

VARIAÇÕES E MODULAÇÕES:

Ao passar por um processo de modulação o movimento gay hoje é denominado movimento LGBT, foi apaziguado, acolhido pelo Estado, recatado, no limite é *tolerado* por setores da sociedade, desde que não se exponha, não grite, saiba negociar sua posição e inclusão na sociedade, de preferência, ao ser representado e defendido, se conforme e espere a concretização de justiça e conquistas. Políticas e leis vão sendo implementadas e aos poucos asseguradas.

A politização do movimento LGBT enquanto movimento social levou a modulações na própria sigla. Primeiro instituíram a sigla GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis, em seguida adotaram GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, afagados pelo Estado, em busca de visibilidade política em relação às especificidades das lésbicas, em 2008, na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, coordenada pela SEDH – Secretaria

⁵ Fonte: <http://www.equit.org.br/rio20/rio20atividades.htm> (Consultado em 15/08/2012).

Estadual de Direitos Humanos, o movimento acatou a terminologia LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁶.

A investida do movimento homossexual em busca de aceitação social, fez com que seus ativistas e líderes fossem capturados e enredados no discurso da integração, do casamento monogâmico repaginado (Silva, 2011:208-209)⁷, não aceitam questionamentos do porquê querem o Estado em suas vidas, isto leva movimento a um conformismo e acomodação na sociedade.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Justiça - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH-2). Ministério da Justiça – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARVALHO, Mario In Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana, n.08, ago.2011, pp.36-62. Felipe de Lima. *A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais*.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

⁶Fonte:http://www.abglt.org.br/docs/PoliticaNacional_SaudeIntegral_LGBT.pdf (Consultado em 30/03/2013).

⁷ Ver Silva, Lúcia Soares. "Política e Modulações do Entretenimento Televisivo: mulheres e denúncias". Tese de Doutorado, PEPG – Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In Revista Verve. São Paulo: Nu-Sol, v.5, pp. 260-276. 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 16ª edição, 2001.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 14 ed., 2001b.

GUATARRI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução: Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATARRI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOTLINSKI, Kelly (org.), *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Legislação e Jurisprudência LGBTTTT*. Brasília: Letraslivres, 2007.

OLIVEIRA, Salete. *Política e Resiliência – apaziguamentos distendidos*. In Revista Ecológica 4. São Paulo: Nu-Sol, pp.105-129. 2012.

OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010.

PASSETTI, Edson. *Poder e Anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado*. In Verve 12. 2007.

PEREIRA JUNIOR, Luiz. *A Arte de Gostar do Mesmo Sexo*. In Revista Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 12, pp. 214-231. 2007.

RELATÓRIO Mundial Sobre Violência e Saúde. OMS – Organização Mundial de Saúde. Genebra, 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A Família em Desordem*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Silva, Lúcia Soares. "Política e Modulações do Entretenimento Televisivo: mulheres e denúncias". Tese de Doutorado, PEPG – Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

TAQUES, Fernando. *O Empoderamento Mitigado*. In: Revista Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos da UFSC, vol.3, n.1, agosto-dezembro/2006, p.67-85.

Sites:

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais: <http://www.abglt.org.br/port/index.php>

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei%20n.10.948,%20de%2005.11.2001.html>

BUTLER, Judith. Entrevista *Política da Ambigüidade*. Jornal O Estado de São Paulo, Suplemento Aliás, 21 de outubro de 2012. In

<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.politica-da-ambiguidade,948742,0.htm>.

<http://casamentociviligualitario.com.br/texto-do-pec/>

Conselho Nacional de Saúde: <http://conselho.saude.gov.br/>

<http://conservador.blog.br/2012/12/franca-parada-pela-familia-e-pela.html#.UM89pax4xFI>.

<http://www.direitohomoafetivo.com.br/index.php>.

<http://www.estatutodiversidadesexual.com.br/>.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html>.

GGB – Grupo Gay da Bahia: www.ggb.org.br

ILGA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e

Intersexuais (seção América Latina e Caribe): <http://ilga.org/ilga/pt/>

<http://www.inclusive.org.br/>

Programa Rio Sem Homofobia: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/>

Ministério da Saúde: <http://portal.saude.gov.br/>

[http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5780760-EI306,00-](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5780760-EI306,00-brasil+nao+reconhecera+casamento+gay+celebrado+na+Argentina.html)

[brasil+nao+reconhecera+casamento+gay+celebrado+na+Argentina.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5780760-EI306,00-brasil+nao+reconhecera+casamento+gay+celebrado+na+Argentina.html).

Secretaria de Direitos Humanos: <http://portal.sdh.gov.br/>

Secretaria de Estado da Cultura – Projeto Gênero e Etnia:

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.77e50ae1b029060df6378d27ca>

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

8

60c1a0/?vgnextoid=10ecb23eb2a6b110VgnVCM100000ac061c0aRCRD&idEquipamento=8b54c6f4ae1f7210VgnVCM2000004d03c80a